



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

Manoel Lopes Cornélio

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA A
ESCOLARIDADE DO SUJEITO DO ENSINO MÉDIO**

Professora: Ms. Maria José Candido Barbosa

João Pessoa

2014

MANOEL LOPES CORNÉLIO

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA A
ESCOLARIDADE DO SUJEITO DO ENSINO MÉDIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Fundamentos da Educação.

Professora: Ms. Maria José Candido Barbosa

João Pessoa

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C814i Cornélio, Manoel Lopes
A importância da educação de jovens e adultos para a escolaridade do sujeito do ensino médio [manuscrito] / Manoel Lopes Cornélio. - 2014.
53 p. : il. color.
Digitado.
Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: práticas pedagógicas interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.
"Orientação: Profa. Ms. Maria José Candido Barbosa, Departamento de Educação".
1.Educação de Jovens e Adultos. 2. Sujeito. 3. Inclusão Social I. Título.
21. ed. CDD 370.1

MANOEL LOPES CORNÉLIO

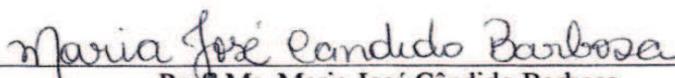
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA A
ESCOLARIDADE DO SUJEITO DO ENSINO MÉDIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Fundamentos da Educação.

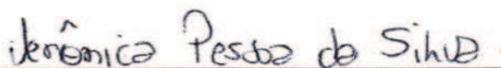
Professora: Ms. Maria José Candido Barbosa

Aprovado em: 01 / 11 / 2014

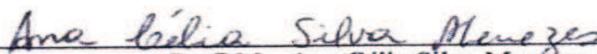
BANCA EXAMINADORA



Prof^a Ms. Maria José Cândido Barbosa
Universidade Estadual da Paraíba
(Orientadora)



Prof^a Dr^a. Verônica Pessoa da Silva
Universidade Estadual da Paraíba
(Examinadora)



Prof^a Ms. Ana Célia Silva Menezes
Universidade Estadual da Paraíba
(Examinadora)

Ao Deus eterno invisível, mas real que permitiu esta construção, à família e aos alunos (a)s da EJA que buscam, com perseverança, a concretização da sua escolarização, Dedico.

AGRADECIMENTO

Quando pensamos e sabemos que existe a possibilidade de fazer algo, direcionamos a nossa ação neste mesmo sentido, tendo a certeza que não dá para construir nada sozinho, sempre haverá alguém para nos encaminhar, orientar e mostrar o que é melhor para ser feito nesta construção.

É desta maneira que venho agradecer, primeiramente, ao Senhor Deus, que sempre me acolheu, que faz forte ao cansado – quando abatidos e desesperançosos, Ele nos dá o vigor para continuar a fazer o que, muitas vezes, aos nossos olhos parece impossível.

Aos meus pais, por tê-los como exemplo de vida, luta e perseverança, sempre dando o apoio necessário em toda a minha vida. A minha mulher Maria das Graças Cornélio, pelo apoio, carinho e compreensão e as enteadas Kleyça e Karoline.

A meus irmãos, Mário, Márcio e Melânia, em especial, pela ajuda nesta construção e por todo o encorajamento, sempre torcendo e querendo o meu melhor. A minha cunhada Roxana por sua valorosa contribuição.

Aos meus amigos e amigas de turma; a todas as professoras e professores das aulas presenciais e virtuais e a minha orientadora Maria José Cândido. Todos foram de grande importância na construção deste sujeito e deste trabalho.

Aos meus colegas de trabalho e aos alunos da EJA do terceiro ano do ensino médio, que de forma carinhosa e espontânea quiseram participar, contribuindo com as informações para esta pesquisa.

Educação básica para todos significa dar às pessoas, independentemente da idade, a oportunidade de desenvolver seu potencial, coletiva ou individualmente. Não é apenas um direito, mas também um dever e uma responsabilidade para com os outros e com toda a sociedade. É fundamental que o reconhecimento do direito à educação continuada durante a vida seja acompanhado de medidas que garantam as condições necessárias para o exercício desse direito.

(Declaração de Hamburgo, 1999, p.22)

RESUMO

A educação de jovens e adultos (EJA) é uma modalidade, da educação básica, que abre uma oportunidade, para a escolarização dos sujeitos que. São aqueles que não puderam ou tiveram acesso aos estudos na idade regular, por motivos diversos. A EJA representa uma dívida social para com os sujeitos menos favorecidos, algo que permeia a história da educação neste país. É uma modalidade assegurada na Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9.394/96). É atribuído a ela um papel importante na estrutura educacional deste país, permitindo o acolhimento das pessoas adultas, trabalhadores e mães de famílias, dando-lhes a oportunidade de voltar a frequentar a escola e poder concluir a educação básica. Este estudo tem como objeto traçar um perfil dos sujeitos, a importância desta modalidade na vida dos mesmos e o que os trouxe de volta a escola. Mediante esta finalidade traçamos um perfil do aluno do Ensino Médio matriculado na EJA da Escola Estadual de Ensino Médio Professor Pedro Augusto Porto Caminha. Cujos resultados apontam para grande riqueza étnica e o equilíbrio entre os gêneros; verificou-se a predominância de indivíduos mais jovens, entre 18 a 24 anos (63,75 %); são dados relevantes a baixa renda, entre 1 a 2 salários (75%); o início precoce na vida laboral – 66,25% antes dos 18 anos, fator decisivo no índice de reprovações. Esses alunos veem nesta modalidade a chance de recuperar o tempo e de melhor qualificar-se para o trabalho. Para essas pessoas, a EJA representa dignidade, cidadania, inclusão social e qualificação.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Sujeito, Inclusão social.

ABSTRACT

The education of youth and adults (EJA) is a form of education, basic education, which opens an opportunity for the education of individuals who are outside the appropriate age and school year. They are those who could not or had no access to the studies at the regular age. EJA represents a social debt to the least disadvantaged subjects, something that permeates the history of education in this country. It is modality of education established at the Law of Guidelines and Bases (LDB). It is assigned an important role in the educational structure of the country, allowing the reception of adults, workers and housewives, giving them the opportunity to return to school and be able to complete basic education. This monograph has as its object of study to discuss the importance of this modality in the lives of these individuals and what brought them back to attend school. To fulfill this objective this study aims to draw a profile of high school EJA modality student of the State High School Escola Estadual de Ensino Médio Professor Pedro Augusto Porto Caminha. The results point to a great ethnic variety and gender balance; there was a predominance of young individuals between 18-24 years (63.75%); the following data are relevant: low-income, between 1-2 wages (75%) and early start at working life - 66.25% before 18 years old, which is a decisive factor in the rate of school failures. These students see in this modality like a chance to catch up and to better qualify for the market. For these people, the EJA means dignity, citizenship, social inclusion and qualification.

Key words: Youth and adults education, Subjects, Social Inclusion.

LISTA DE SIGLAS

CEAA - Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos

CF - Constituição Federal

CNBB - Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil

EJA - Educação de Jovens e Adultos

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INEP - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MEC - Ministério da Educação

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

PEE - Plano Estadual de Educação

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico

PROUNI - Programa Universidade Para Todos

SEA - Serviço de Educação de Adultos

SISU - Sistema de Seleção Unificada

UNE - Centros Populares de Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 Um breve relato da história da EJA no Brasil	15
2.2 Um breve relato de ensino médio noturno.....	19
3 METODOLOGIA	23
3.1 Alguns tipos de métodos científicos.....	23
3.2 Alguns métodos auxiliares.....	24
3.3 Sobre os sujeitos participantes.....	24
3.4 Instrumento	25
3.5 Sobre a escola	26
4 RESULTADO E DISCUSSÕES	27
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
6 REFERÊNCIA	45
7 ANEXO	47

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade do ensino básico, que tem o amparo da Lei 9.394/96 e atende as etapas do ensino fundamental e médio. Essa modalidade busca atender uma demanda na socialização para educação de jovens e adultos na contemporaneidade, assistindo um público que tem idade e ano escolar fora da faixa etária na educação “regular”. Esses sujeitos que retornam e dão a sua vida um novo ritmo no seu processo de escolarização e continuidade dos estudos encontram no âmbito dessa modalidade a esperança e a possibilidade de conclusão da educação básica em um espaço de tempo menor. Desta forma, os estudantes adéquam os estudos a sua realidade e convívio, tendo, assim, reconhecida a sua dignidade e cidadania.

Há uma grande discussão no meio acadêmico sobre a EJA, que suscita questões como: se ela constitui-se um processo de inclusão ou exclusão; se há aprendizado ou não – embora este não seja o foco da nossa pesquisa. Ou ainda, por que determinados objetos de estudo são colocados sobre essa modalidade? Por que os sujeitos envolvidos por algum motivo que seja: particular, familiar, casamento, fracasso escolar, falta de oportunidade, falta de tempo, dificuldade de acesso, por motivo de trabalho, por estar fora da faixa etária, dentre outros, deixaram de concluir o ensino médio? A escola como um espaço democrático tem dado a estas pessoas o direito de desenvolver o seu potencial, sua cidadania, uma melhor condição, oportunizando a continuidade e conclusão dos estudos. Abrem-se, assim, novas possibilidades: dentro da relação empregatícia, ajuda a manter o vínculo de trabalho; a conquista do primeiro emprego; a possibilidade de fazer o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e com a nota do Enem, os estudantes podem concorrer a vagas no: SISU (Sistema de Seleção Unificada), no PROUNI (Programa Universidade Para Todos), no PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico), dentre outros. Eles têm buscado um caminho através da educação e nós como professores temos descortinado o êxito de alguns alunos e alunas que concluíram na modalidade EJA, suas conquistas.

Em face desta realidade, o presente trabalho busca contribuir para uma melhor compreensão acerca do perfil do sujeito da EJA e a importância desta modalidade e apresentar uma amostragem do sujeito que faz a educação na EJA, em particular, no segmento do terceiro ano do Ensino Médio, no universo dos alunos matriculados, na Escola Estadual de Ensino Médio Professor Pedro Augusto Porto Caminha, localizada no bairro de Jaguaribe. Por

ser uma das escolas estaduais da região central da cidade de João Pessoa que oferece, também, esse tipo de modalidade no turno da noite, apresenta um fluxo considerável de discentes dos bairros adjacentes, contribuindo assim para formação destes. Em consonância com o caráter universalista da EJA, a passagem que segue é pertinente:

Educação básica para todos significa dar às pessoas, independentemente da idade, a oportunidade de desenvolver seu potencial, coletiva ou individualmente. Não é apenas um direito, mas também um dever e uma responsabilidade para com os outros e com toda a sociedade. É fundamental que o reconhecimento do direito à educação continuada durante a vida seja acompanhado de medidas que garantam as condições necessárias para o exercício desse direito (DECLARAÇÃO DE HAMBURGO, 1999, p.22).

Considerando as condições e da realidade em que vivemos e trabalhamos na EJA, tentamos proporcionar ao aluno oportunidades para o desenvolvimento de suas potencialidades, habilidades e o despertar da consciência desses sujeitos em sua formação, como cidadãos. Sabendo que são pessoas das camadas mais desfavorecidas da sociedade, como argumenta HADDAD:

O pilar da igualdade de oportunidades para todos e todas é produto de luta social, consequência de uma maior consciência de cidadania por parte da sociedade civil, que é produzido por processos e práticas educativos. Pressupõe, também, a intervenção do Estado no sentido de promover, por meio de políticas públicas, o “empoderamento” dos grupos vulneráveis, aqueles que foram historicamente excluídos dos seus direitos. As violações de direitos, sejam eles civis, políticos, econômicos, sociais, culturais ou ambientais, geram a violência (HADDAD, 2003, p.3).

O tema abordado neste trabalho corresponde a da realidade da educação básica pública brasileira; bem sabemos que ainda não alcançamos os níveis desejados e metas traçados para a educação do país, mas a experiência e vivência no ambiente escolar e na sala de aula têm mostrado que essa modalidade de ensino tem considerável contribuição social para os discentes. Para alcançar o objetivo aqui apresentado, qual seja traçar o perfil do sujeito que busca concluir a sua escolaridade no ensino médio, na EJA, pretende-se conhecer, relacionar e quantificar quem são esses sujeitos e que situações os levaram a buscar essa modalidade de ensino. Como a EJA vai além da prática “regular”, trazendo um novo pensar na educação, é importante contextualizar historicamente o seu surgimento e descrever de que

forma ela foi e é formalizada e, por fim, descrever o método usado para diagnosticar o estudo de caso feito com essas turmas do ensino médio da EJA.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Um breve relato da história da EJA no Brasil

Quando se busca ou trabalha sobre o ensino da EJA, se faz necessário trazer (fazer) todo um resgate histórico dessa modalidade, para que se possa melhor entender, compreender a sua importância nos dias atuais e como se chegou à forma de educar; para tanto, faz-se necessário identificar os seus pressupostos históricos; apresentar as outras modalidades de ensino que houve antes dessa; nesse processo, deve-se igualmente o percurso histórico desta modalidade, com vistas a falhos e propor melhorias; analisar se a proposta educacional atendeu as referidas ações, se contempla as necessidades atuais e se efetivamente insere socialmente os desfavorecidos. A inclusão é a essência da educação de jovens e adultos, conforme se observa:

Os jovens e adultos analfabetos, ou com pouca escolaridade, são pessoas que tiveram no seu passado um direito violado por não poder frequentar a escola. Ao serem privados desse direito, perderam uma importante ferramenta: o acesso ao saber sistematizado que é produzido pela humanidade (HADDAD, 2003, p.1).

Essa modalidade é uma forma de reparação e correção no curso na história da educação no Brasil, dando uma oportunidade para jovens e adultos que historicamente têm sido excluídos por algum motivo do acesso à escola regular, ou a outra formação continuada, oportunizando assim o seu retorno aos estudos e a cidadania. Conforme expressa Cury:

...a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea (CURY, 2000, p.5).

Pensar esse modelo de educação não é algo contemporâneo. No período colonial a primeira constituição de 1824 determina: “A Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos.” (art. 179, inciso: XXXII). Porém, não atende a necessidade do império, conforme

apontam: Haddad e Pierro (2000, p.108), “... a garantia de uma escolarização básica para todos, não passou da intenção legal.” Com uma sociedade escravocrata a escolaridade era para os livres, uma “elite”, uma pequena parte da população, segundo Haddad e Pierro (2000, p.108), “ficavam excluídos negros, indígenas e grande parte das mulheres.” Isso demonstra que não havia por parte do Império um compromisso com a priorização da educação na colônia e nem uma política voltada para esta área. Conforme indica Strelhow (2010, p. 51): “A alfabetização de jovens e adultos deixa de ser um direito para ser um ato de solidariedade.” Era dessa forma que se dava a educação no império, como informam os citados autores:

O pouco que foi realizado deveu-se aos esforços de algumas Províncias, tanto no ensino de jovens e adultos como na educação das crianças e adolescentes. Neste último caso, chegaríamos em 1890 com o sistema de ensino atendendo apenas 250 mil crianças, em uma população total estimada em 14 milhões (HADDAD, PIERRO, 2000, p.109).

Com a proclamação da primeira Constituição Republicana em 1891, ao invés de termos uma melhoria e avanço na educação, constatou-se um retrocesso, como aponta Cury (2000, p. 14), sobre a primeira Constituição Republicana: “[...] retira de seu texto a referência à gratuidade da instrução (existente na Constituição Imperial) ao mesmo tempo em que condiciona o exercício do voto à alfabetização (art. 70, § 2º).” O voto que era restrito a uma quantidade de pessoas que possuía certa renda, passa a ficar atrelado às pessoas alfabetizadas, uma forma de exclusão social e controle na época. No início do século XX, vários movimentos, tanto na esfera civil como governamental, se mobilizam para exterminar o chamado mal do analfabetismo, considerado uma “chaga social”. Na Constituição Federal de 1934, foi criado o Plano Nacional de Educação, tendo delimitado as esferas de atuação da União, estados e municípios como membros responsáveis no que diz respeito ao plano de atuação para a educação. Esse plano traz os seguintes avanços:

Deveria incluir entre suas normas o ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória. Esse Ensino deveria ser extensivo aos adultos. Pela primeira vez a educação de jovens e adultos era reconhecida e recebia um tratamento particular (HADDAD, PIERRO, 2000, p.110).

Segundo Strelhow (2010), vamos ter a partir das décadas de 40 e 50, tendo esta uma força maior para o resgate e uma melhor efetivação na educação de jovens e adultos. O

que não foi realizado nas décadas passadas passa a ser reconhecido e recebe um melhor tratamento, suprimindo uma necessidade desse seguimento de escolarização no país. Em 1938, foi criado o INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos), o qual promoveu pesquisas e estudos na área da educação. A partir dessas pesquisas foi criado em 1942 o Fundo Nacional de Ensino Primário, programa que passa, também, a incluir o Ensino Supletivo para adolescentes e adultos. Em 1945, foi feita a regulamentação deste fundo, ficando destinado 25% dos recursos de cada auxílio a ser aplicado num plano de Ensino Supletivo, direcionado a adolescentes e adultos analfabetos. Em 1947, foi criado o SEA (Serviço de Educação de Adultos), com a finalidade de reorientar e coordenar de forma geral os trabalhos dos planos anuais do ensino supletivo envolvendo adolescentes e adultos, conforme citação a seguir:

O movimento em favor da educação de adultos, que nasceu em 1947 com a coordenação do Serviço de Educação de Adultos e se estendeu até fins da década de 1950, denominou-se Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA. Sua influência foi significativa, principalmente por criar uma infraestrutura nos estados e municípios para atender à educação de jovens e adultos, posteriormente preservada pelas administrações locais (HADDAD, PIERRO, 2000, p.111).

Observa-se então uma maior responsabilidade e maiores atribuições por parte do Estado brasileiro no que diz respeito à educação de jovens e adultos nessas duas décadas, marcadas por tantas desigualdades sociais e culturais. Buscando atender igualmente aos anseios nacionais por uma nação desenvolvida, no limiar entre as décadas de 50 e 60 surgem algumas mobilizações por parte de setores da sociedade civil ou governamentais em prol da educação de adultos, segundo menciona Strelhow (2010):

O fim da década de 50 e início da década de 60 foram marcados por uma grande mobilização social em torno da educação de adultos. Podemos citar vários movimentos sociais criados nesse período, tais como: “Movimento de Educação de Base” (1961- CNBB), Movimento de Cultura Popular do Recife (1961), Centros Populares de Cultura (UNE), Campanha de Pé no chão Também se Aprende (Prefeitura de Natal). (STRELHOW, 2010, p.54)

Tem-se um movimento democrático de escolarização básica para adultos que, de certa forma, representava na época um meio de transformação e conscientização política da população por parte de grupos que buscavam e almejavam um avanço nacional por intermédio da educação, como informa a passagem a seguir:

À medida que a tradicional relevância do exercício do direito de todo cidadão de ter acesso aos conhecimentos universais uniu-se à ação conscientizadora e organizativa de grupos e atores sociais, a educação de adultos passou a ser reconhecida também como um poderoso instrumento de ação política. Finalmente, foi-lhe atribuída uma forte missão de resgate e valorização do saber popular, tornando a educação de adultos o motor de um movimento amplo de valorização da cultura popular (HADDAD, PIERRO, 2000, p.113).

A primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 4.024/61, reconhece a educação como direito de todos. Determina ainda o texto legal, no seu art. 99: “aos maiores de 16 anos será permitida a obtenção de certificados de conclusão do curso ginásial, mediante a prestação de exames de madureza, após estudos realizados sem observância de regime escolar”. No mesmo texto há um inciso único que estabelece que: “nas mesmas condições permitir-se-á a obtenção do certificado de conclusão de curso colegial aos maiores de 19 anos”. Neste inciso verifica-se uma sinalização para a educação de adultos, porém, “sem observância de regime escolar”.

Em 15 de dezembro de 1967, por intermédio da Lei nº 5.379, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com o fim de erradicar o analfabetismo e favorecer a educação continuada de jovens e adultos. O programa teve o seu papel de relevância na educação brasileira, sendo extinto em 1985, a partir de denúncias de desvios financeiros. Em seu lugar foi estabelecida a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Educar).

O ano de 1985, período inaugural da Nova República, marca a passagem do governo nacional, de um regime de ditadura militar para uma democracia civil, culminando com a promulgação de uma nova Constituição Federal (CF), a de 1988. A nova Carta Magna traz como princípio, que toda educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação (CF, art. 205). Do artigo citado depreende-se uma visão holística da educação – desenvolvimento pleno, aliado à cidadania e a preparação para o mercado de trabalho (LDB, art. 2). A esse respeito comenta Cury:

...este princípio abriga o conjunto das pessoas e dos educandos como um universo de referência sem limitações. Assim, a Educação de Jovens e Adultos, modalidade estratégica do esforço da Nação em prol de uma igualdade de acesso à educação como bem social, participa deste princípio e sob esta luz deve ser considerada (CURY, 2000, p. 22).

Temos assim um instrumento jurídico que vem materializar a necessidade dos jovens e adultos na igualdade de acesso à escolarização, independente da faixa etária, conforme preconiza o texto legal: “assegura-se, a educação, inclusive sua oferta gratuita para todos os que nela não tiveram na idade própria” (CF, art. 208, I). Ficam estabelecidos, desta forma, todos os princípios normatizadores para assistirem a educação de base, proporcionando-lhe a possibilidade real de melhorias e o reconhecimento social de um direito aos menos favorecidos.

Em consonância, a LDB afirma no artigo 37: “A educação de jovens e adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de ensino fundamental e médio na idade própria” A modalidade em foco fica, portanto, normatizada como um direito público subjetivo para o acesso do cidadão à educação básica. No entanto, conforme aponta Cury (2000, p. 32): “[...] nunca será demais repetir que tal não é a via organizacional comum da educação nacional e nem ela é capaz de responder à complexidade dos problemas educacionais brasileiros.” Não obstante, esta tem sido uma via importante no sentido de alcançar, reparar danos e conferir dignidade àqueles sujeitos que estão fora da faixa etária e trazê-los para exercer o seu direito de cidadania.

2.2 Um breve relato do ensino médio noturno da EJA

Quando buscamos dados sobre a EJA, voltada para o ensino médio, não são muitas as informações, para esse segmento de ensino. Há muito mais informações, pesquisas e dados sobre a alfabetização de jovens e adultos e sobre o ensino fundamental. Tomando por base a consulta sobre o ensino médio noturno na Paraíba, Junior e Aragão (2006), nos esclarece sobre uma pesquisa feita em dez escolas do ensino médio noturno, entre aquelas, duas apresentavam a modalidade EJA. De acordo com os pesquisadores (2006, p.31) “A rede pública é a principal responsável pela oferta do Ensino Médio e sua participação no total de matrículas vem crescendo ao longo da década de 1990, saltando de 73%, em 1991, para 85,8% em 2004.”

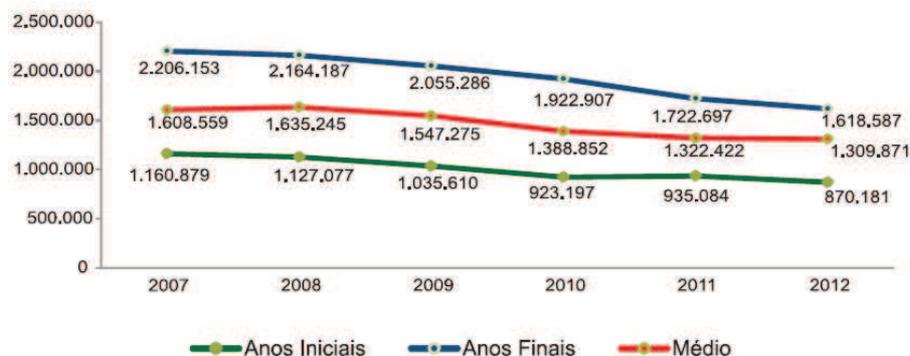
Há informações de outras modalidades de projetos no ensino médio, mas nada pontual sobre a EJA. Analisando o Plano Estadual de Educação (PEE), Junior e Aragão (2006, p.38) citam a seguinte alínea: “a) Universalização progressiva do acesso ao Ensino

Médio gratuito aos jovens na faixa etária de 15 a 17 anos, bem como aos adultos que não puderam cursar o Ensino Médio na idade própria.” As informações sobre a política educacional do ensino da EJA são escassas, bem como do ensino médio noturno como se afirma:

Percebe-se, portanto, que não há política delimitada claramente para o Ensino Médio e muito menos para o Ensino Médio Noturno. De fato, as medidas são tomadas a partir das necessidades imediatas ou induzidas por políticas exógenas, geralmente emanadas das instâncias federais. Pesquisa feita no sítio do Conselho Estadual de Educação da Paraíba revelou ausência de resolução ou Parecer que aborde o Ensino Médio em geral ou o Ensino Médio Noturno em particular. As medidas ali relacionadas referem-se sempre à Educação Básica ou especificamente a Educação Infantil ou Ensino Fundamental. Na prática, o Ensino Médio Noturno tem ficado à margem da política educacional (JUNIOR, ARAGÃO, 2006, p. 40).

Recentemente foi realizado um censo escolar pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em conjunto com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) – órgão de importância capital para o desenvolvimento das políticas educacionais no país, estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC) – (Censo da educação básica: 2012). As informações coletadas sobre a educação de jovens e adultos mostrou uma queda na procura pela modalidade, cujo, índice foi de (34,4%) no ensino médio e EJA. (Censo da educação básica, 2012). O referido censo aponta uma redução do número de matrículas no médio e na EJA, como podemos observar no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Número de Matrícula na Educação de Jovens e Adultos por Etapa de Ensino – Brasil – 2007-2012



Fonte : Censo escolar da educação básica, p. 26, 2012.

No Estado da Paraíba, o ensino fundamental, médio e a modalidade EJA foram pesquisados no período (1997 a 2004), como podemos observar na tabela abaixo, tem-se o número de matrículas realizadas em cada ano (Plano Estadual de Educação, 2001, p.53, 54), no Estado da Paraíba.

Tabela 1 – Matrícula na Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamenta e Médio – Paraíba – 1997/2004

Ano	Dependência Administrativa	Total
1997	Total	70.015
	Federal	-
	Estadual	48.765
	Municipal	20.755
	Privada	495
1998	Total	67.669
	Federal	-
	Estadual	46.890
	Municipal	20.192
1999	Total	61.152
	Federal	-
	Estadual	43.407
	Municipal	16.595
	Privada	1.150

Fonte: Plano Estadual de Educação, 2001, p.53, 54

Tabela 1 – Matrícula na Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamenta e Médio – Paraíba – 1997/2004

2000	Total	72.123
	Federal	-
	Estadual	51.209
	Municipal	19.057
	Privada	1.857
2001	Total	75.241
	Federal	-
	Estadual	35.059
	Municipal	38.419
	Privada	1.763
2002	Total	107.497
	Federal	-
	Estadual	50.002
	Municipal	55.735
	Privada	1.760
2003	Total	139.331
	Federal	-
	Estadual	61.484
	Municipal	75.791
	Privada	2.056
2004	Total	148.018
	Federal	-
	Estadual	67.451
	Municipal	78.459
	Privada	2.108

Fonte: Plano Estadual de Educação, 2001, p.53, 54

Na tabela apresentada, no comparativo entre os anos, verifica-se e uma crescente procura pela modalidade da EJA, isto no que se refere às matrículas; não entramos no mérito da evasão e nem de quantos concluem os estudos, mas no fato de que esta modalidade vem oportunizando aos sujeitos por ela assistidos o direito ao término de um nível de ensino.

A experiência vivenciada no ensino dessa modalidade indica que a EJA tem contribuído de maneira positiva, em termos sociais e do próprio desenvolvimento dos alunos do 3º ano do ensino médio noturno da Escola Estadual Augusto Pedro Caminha. É uma dívida imensa e histórica que o Estado, nas suas três esferas governamentais, tem para com os menos favorecidos.

3 METODOLOGIA

Neste tópico do trabalho apresentaremos os pressupostos metodológicos que orientaram a pesquisa, baseada na modalidade de ensino médio da EJA, na qual traçaremos um perfil do sujeito, objeto de nosso estudo. De acordo com Gil:

Para que se efetive um experimento, torna-se necessário selecionar sujeitos. Essa tarefa é de fundamental importância, visto que a pesquisa tem por objetivos generalizar os resultados obtidos para a população da qual os sujeitos pesquisados constituem uma amostra. (GIL, 2009, p.98)

3.1 Diferentes métodos científicos

Mezzaroba e Monteiro (2009) afirmam a importância do raciocínio organizado e lógico para um pesquisador; para tanto, faz-se necessário também, a seleção de um método a ser seguido em uma pesquisa. Neste sentido, os autores destacam os principais métodos como forma de organizar o raciocínio para construir um trabalho científico, a saber: o indutivo, dedutivo, hipotético-dedutivo e dialético, os quais descreveremos sucintamente a seguir:

- O método indutivo permite a partir de uma premissa se chegar a uma conclusão geral ou universal; sua orientação é da parte para o todo.
- O método dedutivo parte do geral para explicar o particular, ou seja, direciona-se do todo para a parte.
- O método hipotético-dedutivo parte das hipóteses para se chegar à atividade indagativa, podendo ou não confirmar a hipótese.
- O método dialético perpassa pelo fato de saber argumentar, fazendo-se a contraposição e a reconciliação de contradições e poder mudar a ideia pela retórica.

3.2 Alguns métodos auxiliares

Mezzaroba e Monteiro (2009) descrevem como complementos aos métodos descritos, os métodos auxiliares que vêm enriquecer, de forma eficiente e empírica, o trabalho científico. Destacam-se o método empírico ou experimental e o estatístico.

- Método experimental – O método experimental ou empírico é aquele fundado na experiência, que é um tipo de ensaio científico em que o objeto de pesquisa é submetido a um quadro totalmente controlado à verificação dos seus atributos. (MEZZAROBA e MONTEIRO, 2009, p.86)
- Método estatístico – Um método de tirar conclusões ou efetuar previsões com base naqueles dados coletados. (MEZZAROBA e MONTEIRO, 2009, p.87)

Para o trabalho fizemos uma pesquisa indutiva e empírica, de caráter qualitativo e quantitativo, uma vez que a coleta de dados se deu mediante a aplicação de um questionário, a fim de podermos traçar o perfil do sujeito que conclui o ensino médio na modalidade EJA. Partimos de uma amostragem dos alunos do 3º ano do ensino médio da Escola Estadual Professor Augusto P. Caminha para mensuramos a importância dessa modalidade nesse universo estudantil, na cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba.

3.3 Sobre os sujeitos participantes

Como já foi descrito acima, os participantes da pesquisa ou sujeito foi o aluno do terceiro ano do ensino médio da EJA, do turno noturno. Tendo contato com o público dessa modalidade que recebemos na instituição já há certo tempo, desde 2007, foi um fator decisivo que me levou a querer traçar o perfil desses alunos acreditando que, apesar de não haver nada de inusitado na realidade deste público, conhecê-lo melhor ajudará a termos uma maior compreensão da modalidade, a partir dos sujeitos participantes. Acerca desses indivíduos descreve Machado:

São indivíduos que, juntamente com seus familiares, estão marcados por “carências” socioeconômicas e culturais. Como alunos, além da carência material, apresentam também carências afetivas e falta de participação nos processos de decisão dos rumos que serão dados ao seu destino profissional e societário (MACHADO, 2002, p. 48)

O presente estudo busca, portanto, contribuir com informações acerca desse público, especialmente devido à escassez de fontes bibliográficas, quer nas mídias digitais, quer nos livros, relacionadas ao ensino médio da EJA. É possível encontrar com maior facilidade informações sobre as outras modalidades e sobre a educação básica, porém, especificamente em relação a esse segmento, que representa a etapa final da educação básica e prepara o aluno para um novo ciclo de estudos ou para o mercado de trabalho, os dados são dispersos e escassos.

3.4 Instrumento

O instrumento usado como fonte de coleta de informações e dados sobre o sujeito participante da EJA foi um questionário, contendo quatorze perguntas, sendo treze objetivas e uma subjetiva. A coleta de dados se deu na Escola Estadual Professor Augusto Pedro Caminha, com as quatro turmas de aluno(a)s do terceiro ano do ensino médio da EJA, no período noturno. A pesquisa possuiu um caráter voluntário, sem a necessidade de identificação pessoal, tendo sido facultada aos alunos a chance de tirar suas dúvidas sobre os procedimentos e assuntos relacionados ao estudo, em qualquer etapa da pesquisa, sendo dado ao aluno o direito de desistir em qualquer etapa da pesquisa. Os (a)s alunos (a)s também concederam a sua permissão e autorização para o uso e divulgação dos resultados obtidos para fins acadêmicos. A aplicação do questionário ocorreu no mês de junho de 2014.

3.5 Sobre a escola

A Escola de Ensino Médio Professor Pedro Augusto Porto Caminha – EEPAC é localizada na Rua Frei Martin, 365, no bairro de Jaguaribe, João Pessoa – PB. Atualmente tem como entidade mantenedora a Secretaria Estadual de Educação e Cultura, através do governo do Estado da Paraíba.

A EEPAC iniciou suas atividades em 1932. Por meio de um decreto do então governador João Agripino, foi criado em 1971 o Colégio Estadual do ABC, que a princípio ficou localizado no prédio do antigo Colégio Religioso da Sagrada Família, instituição composta por freiras vindas da França. Em 1932, o colégio foi transferido para o bairro de Jaguaribe, nesse mesmo ano o externato funcionava apenas na parte superior do prédio. Havia o curso primário do Jardim à 4ª. Série e, quatro anos depois, foi fundado o ginásio. Temos como fonte o Projeto Político Pedagógico.

A estadualização do colégio, em 1971, foi impulsionada pela necessidade de criar duas escolas estaduais na Paraíba, uma em Campina Grande e outra na Capital, Tendo sido iniciadas as matrículas no dia 25 e encerradas no dia 27 de março daquele mesmo ano, totalizando a inscrição de 1200 alunos. O colégio ficou destinado a funcionar os três turnos, logo após as matrículas. O seu primeiro diretor foi Ruy Wanderley Rocha (antigo vice-diretor do Colégio Central, hoje atual Liceu Paraibano) e o vice-diretor Luciano Menezes.

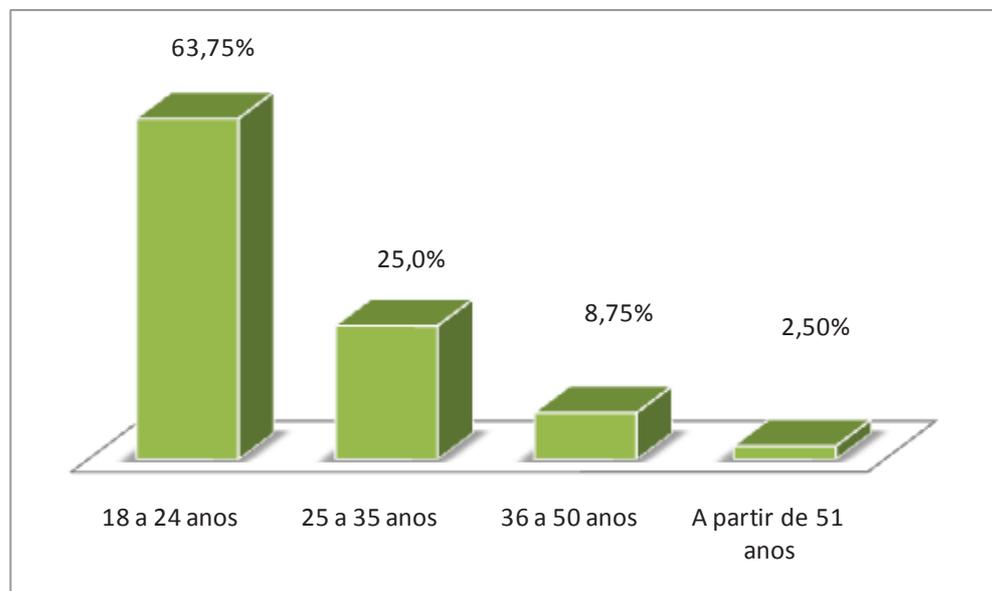
Essa instituição passou a ter o nome atual em 1980, em homenagem ao Professor e Irmão Marista Augusto Caminha, um personagem de extrema importância na luta pela valorização do magistério na década de 1970 na Paraíba.

Em 2004, a escola deixou de atender ao Ensino Fundamental e passou a trabalhar exclusivamente com as três séries do Ensino Médio e, a partir de 2007, passou a oferecer a modalidade da EJA. O edifício sede da escola possui em suas dependências 16 (dezesseis) salas de aula, sala de professores, sala de apoio pedagógico, diretoria, secretaria, biblioteca com acervo razoável, sala de vídeo, laboratório de biologia, física e química, laboratório de computação, cozinha, auditório, banheiros e quadra esportiva. A instituição atende uma clientela muito heterogênea, especialmente por situar-se em uma região um tanto mais central, acolhe alunos de diversos bairros da capital no turno da noite.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos dados obtidos pela pesquisa, mediante questionário respondido pelos alunos da EJA, quantificamos a participação de oitenta aluno(a)s, das quatro turmas do terceiro ano do ensino médio. Destes entrevistados, 51,25 % eram do sexo masculino e os outros 48,75 % do sexo feminino. Como a EJA é uma modalidade voltada especialmente para aqueles que não conseguiram terminar o ensino médio “regular” dentro da faixa etária e série, em algum momento da vida, eles voltam para buscar da escolarização. Nos dados relacionados à faixa etária, podemos observar o fenômeno da discrepância idade/série, no momento que representa a oportunidade de os sujeitos poderem retornar a sala de aula para concluir esse segmento do ensino. O gráfico 1, abaixo, ilustra esse fenômeno:

Gráfico 1 - Faixa Etária dos Alunos.



Fonte: Dados da Pesquisa de campo

A leitura do primeiro gráfico apresenta uma amostragem de um número percentual dos sujeitos para a primeira faixa etária, entre 18 e 24 anos, de 63,75%; temos

nessa faixa etária a maior quantidade de alunos, uma frequência bastante significativa de jovens na modalidade da EJA. Sabemos que é uma idade em que deveriam estar terminando um curso técnico ou universitário, mas esta é a nossa realidade. Na segunda faixa temos um percentual de 25%, bem mais abaixo que o primeiro. As maiores frequências nas duas primeiras faixas etárias nos revela que os sujeitos da EJA têm se tornado um público mais jovem. Isso tem sido uma tendência desses últimos anos, já que desde quando a EJA foi oferecida, no ano de 2007, era possível observar um público com idades mais dentro da segunda e terceira faixa etária. Esse fenômeno tem sido constatado por alguns estudiosos da EJA, o que não é o foco do nosso estudo no momento, mas representa a percepção de uma mudança no público participante da EJA. Não mensuramos, mas esta é uma percepção baseada numa observação *in lócus*. Nas duas últimas faixas etárias temos 8,75% e 2,50%, respectivamente, o que indica uma diminuição no número de pessoas de idades mais elevadas buscando essa modalidade. Isto não significa que esta modalidade não se faz mais necessária para pessoas nestas faixas etárias. É preciso investigar as explicações para esta diminuição. A esse respeito afirma Carrano (2005, p. 153):

Os trabalhadores da educação necessitam estar atentos às transformações que ocorrem na composição do tecido social, no qual suas práticas estão imersas. Uma das questões centrais que afligem os responsáveis pela educação de jovens e adultos hoje é a composição das turmas, que expressa modificações da estrutura política, econômica, social e cultural do mundo e da sociedade brasileira. A heterogeneidade etária e o caráter cada vez mais urbano dos alunos transformam o perfil de um trabalho que, durante um bom tempo, caracterizou-se pela presença quase exclusiva de adultos e idosos com fortes referências aos espaços rurais (CARRANO, 2005, p. 153).

Essa tendência também se adéqua a nossa realidade, como os resultados nos apontam. Um público de adultos mais jovens.

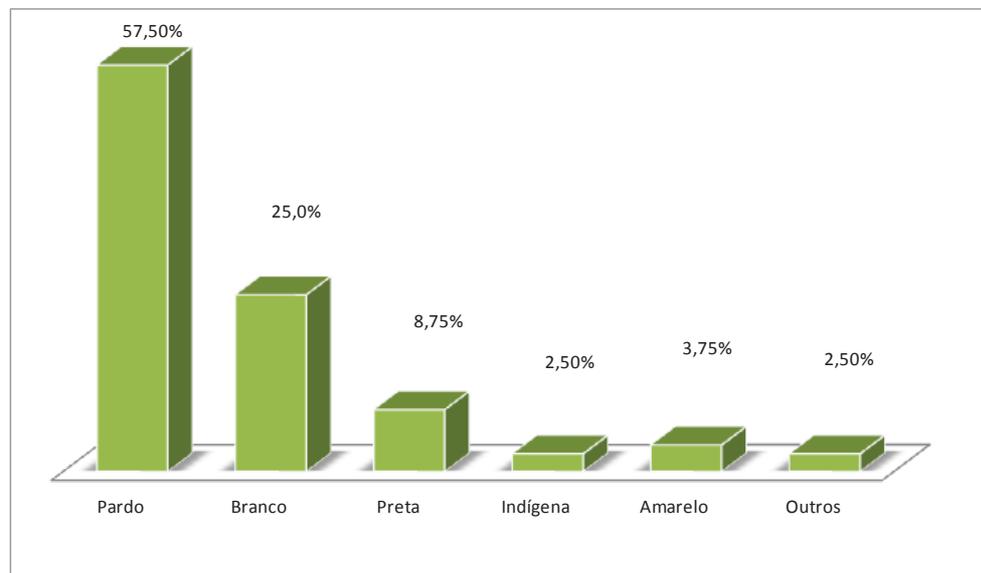
A segunda pergunta do questionário diz respeito à etnia/raça/cor, uma vez que a pluralidade e a interculturalidade devem ser levadas em consideração tanto nos pressupostos teóricos quanto na concepção dos currículos. No nosso caso, em particular, a questão reflete a necessidade de conhecer melhor o público que frequenta a EJA no contexto em foco, oferecendo subsídios para a construção do fazer educacional. Além disso, torna-se possível inserir esses dados, contextualizando-os no panorama nacional, sabendo que esses sujeitos apresentam uma trajetória histórica, social, étnica e econômica, bastante diversificada, pluricultural e racial. Um melhor conhecimento desses grupos nos permite contribuir com

dados e compreender a construção educacional do país. A passagem, a seguir, traduz bem essa preocupação:

A educação de adultos enfrenta um grande desafio, que consiste em preservar e documentar o conhecimento oral de grupos étnicos minoritários e de povos indígenas e nômades. Por outro lado, a educação intercultural deve promover o aprendizado e o intercâmbio de conhecimento entre e sobre diferentes culturas, em favor da paz, dos direitos humanos, das liberdades fundamentais, da democracia, da justiça, da coexistência pacífica e da diversidade cultural (PAIVA, MACHADO, IRELAND, 2007, p.41).

O gráfico 2 retrata os grupos étnicos que formam as turmas pesquisadas. Como estes grupos são formados por pessoas desfavorecidas social e economicamente, a etnia é um fator relevante nesse processo, porém, foge ao escopo deste estudo estabelecer tal correlação.

Gráfico 2 - Raça/ cor/ etnia.



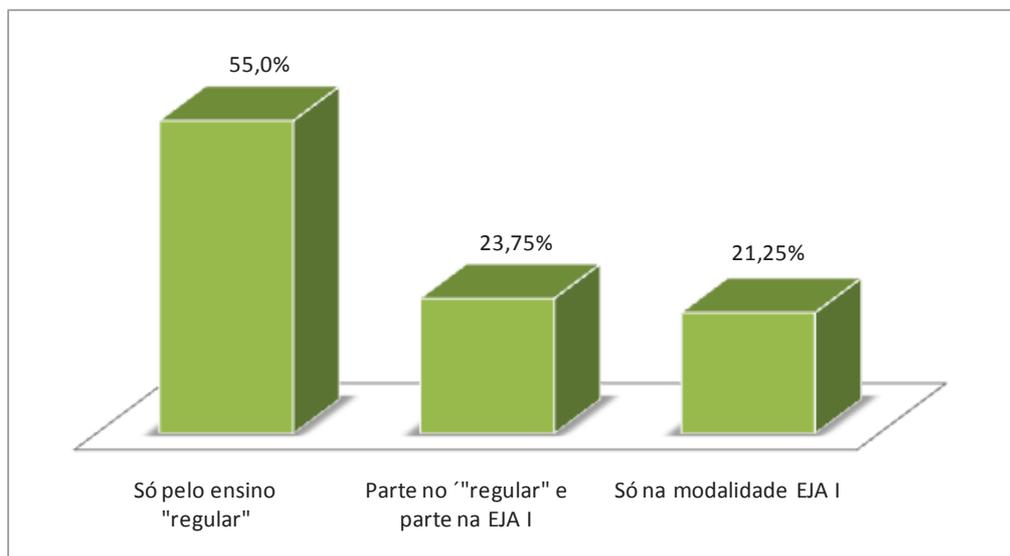
Fonte: Dados da Pesquisa de campo

Os dados apontam para a grande riqueza étnica e pluralidade desses grupos. Como se verifica, o grupo pardo foi o de maior percentual em relação aos demais; o grupo branco vem em segundo e os demais grupos aparecem em menor porcentagem. Esse resultado indica

o quanto a escola atende a um público bastante diversificado; são pessoas de comunidades carentes que trazem consigo um legado e uma história dos grupos sociais mais explorados e desfavorecidos do país; elas buscam no retorno aos estudos uma melhoria econômica e social.

Dos sujeitos que buscam a escolarização no ensino médio pela EJA, traçamos um perfil de como eles concluíram os anos letivos do ensino fundamental do segundo segmento, isto é, do sexto ao nono ano.

Gráfico 3 - Conclusão dos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano).



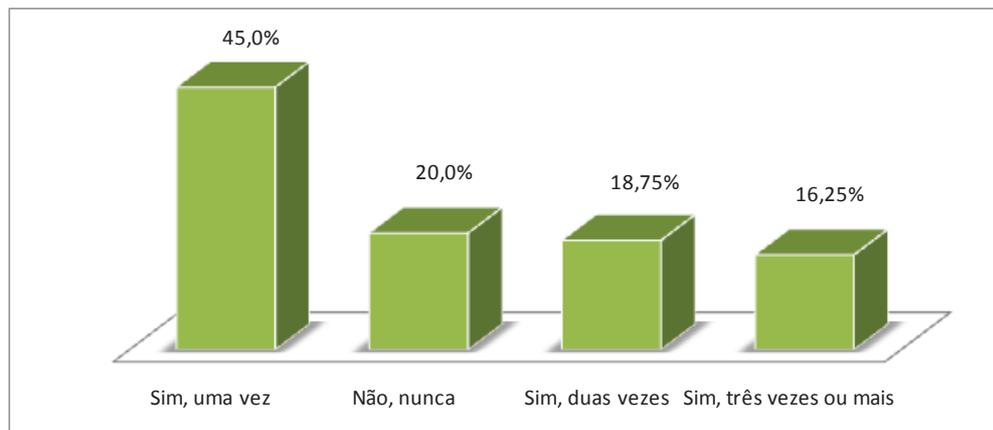
Fonte: Dados da Pesquisa

Quando observamos os dados coletados dos entrevistados sobre a forma como concluíram o ensino fundamental, segunda fase, ficamos surpreendidos com os resultados obtidos. Temos um percentual de 55% para aqueles que concluíram os quatro últimos anos do ensino fundamental no modo “regular”, o que nos dá a entender que houve a possibilidade desses sujeitos terem terminado esse ciclo de estudo dentro da faixa etária e série, uma vez que há a modalidade EJA para aqueles que estão fora da faixa etária, mas que por motivos diversos eles não dão continuidade a sua escolarização, entrando de imediato no ensino médio “regular”. Observando os outros dois percentuais do resultado dos dados obtidos, temos: 23,75% que concluíram o ensino fundamental, tanto no “regular” como na EJA e 21,25%

apenas na EJA; são sujeitos que buscam nessa modalidade de ensino o resgate por algum descompasso em que tenham se envolvido, a exemplo de uma retenção, um fracasso escolar, trabalho, dentre outros. Como eles dizem, “vieram buscar o tempo perdido”.

Quando se observa um percentual de 45% dos sujeitos que iniciam seus estudos no ensino regular fundamental e concluem parte na EJA, nos perguntamos sobre o que ocorre com esses sujeitos. Considerando a questão, buscamos mensurar a quantidade de retenções (reprovações) desses sujeitos nos dois segmentos de ensino, como mostra o gráfico 4:

Gráfico 4 - Alguma retenção. (Considere o ensino fundamental e médio)



Fonte: Dados da Pesquisa de campo

Observando os sujeitos que nunca ficaram retidos (reprovados), eles apresentam um percentual de 20%; é uma porcentagem significativamente pequena dentro deste universo, já os que apresentaram retenções formam um percentual de 80%, destes 45% uma única vez. Os que ficaram retidos duas vezes formam um percentual de 18,75% e três ou mais vezes um percentual de 16,25%. O índice de retenção é bastante significativo; essas retenções devem-se a diversas variáveis, que fizeram com que esses sujeitos não concluíssem o ensino fundamental e médio no modo “regular”. Buscando um meio de abreviar o percurso escolar, eles encontram na modalidade da EJA a maneira de compensar o tempo.

Na questão 6, procuramos mensurar as possíveis variáveis que levaram esses sujeitos a uma retenção, bem como o que os levou a deixarem de estudar no período regular. Nesta questão, elaboramos a seguinte pergunta: qual(is) os motivos que o impediram de estudar na idade regular? Além disso, criamos possíveis respostas para os entrevistados marcarem a que melhor descrevia as suas razões. A partir das respostas, nos foi possível quantificá-las em termos percentuais.

- a) Não acha importante o estudo – Obtivemos 2,5% de sinalização para essa afirmativa.
- b) Estava desmotivado(a) – 10% de sinalização. Alguns alunos se mostram desestimulados para estudar.
- c) Meu marido não me deixava estudar – Foi uma afirmativa que relutei em colocar, mas que surpreendeu pelo percentual apresentado, de 6,25%.
- d) Parei de estudar porque engravidei – essa afirmativa obteve um percentual de 12,5%, um número significativo, pois muitas alunas abandonam os estudos por este motivo.
- e) Não tinha dinheiro para a passagem – essa afirmativa não foi marcada; portanto, não faz parte dos motivos que os impediram de estudar.
- f) Tinha que ajudar meus pais no sustento da casa – a resposta representa 11,25% dos entrevistados e reflete a necessidade de ajudar de alguma forma a família, quer cuidando dos irmãos, ou em empregos informais.
- g) Fui pai e tive que trabalhar – o grupo de pais compõe 2,5% dos entrevistados.
- h) Casei e parei de estudar – essa alternativa representou 5% dos sujeitos entrevistados.
- i) Parei de estudar por que comecei a trabalhar – essa alternativa apresentou o maior percentual: 37,5%, muitos alegaram o deixar de estudar por causa do trabalho.

Nesta mesma pergunta, abrimos espaço para alguma outra resposta, caso as alternativas apresentadas não correspondessem ao caso deles. Neste item obtivemos as seguintes respostas: motivos banais; por trabalhar até mais tarde e não ter tempo de estudar em casa; mudança de cidade; reprovei algumas vezes e por isso optei pela EJA; comecei por causa dos meus pais.

Na questão ora citada buscamos pontuar alguns dos motivos ou razões pelos quais os sujeitos foram impedidos de estudar na série e ano respectivos do ensino “regular”, tendo que fazer opção pela modalidade EJA.

Doravante, passamos a levantar junto aos sujeitos participantes, os motivos que os levaram a buscar essa modalidade. Com esta finalidade, elaboramos a seguinte pergunta para os entrevistados: Qual(is) o(s) motivo(s) que levou você a se matricular na modalidade de

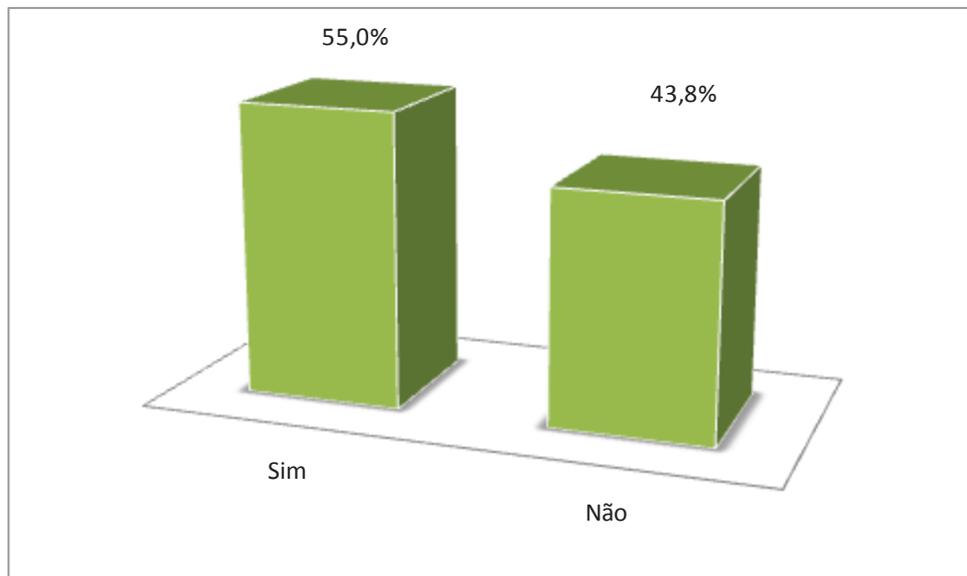
ensino médio da EJA? Como alguns deram mais de uma resposta, vamos apresentar o resultado das afirmativas pelo o número de alunos que a(s) assinalaram:

- a) Tentar recuperar o tempo perdido – trinta e nove alunos marcaram essa afirmativa. Foi o maior número dentre as alternativas.
- b) Voltando a estudar depois de vários anos – oito alunos assinalaram essa afirmativa; esses indivíduos situam-se na faixa etária a partir de 25 anos.
- c) Conseguir passar no ENEM – Para essa afirmativa tivemos quinze respostas. Nesse grupo se incluem aqueles que visam ao ensino superior e técnico.
- d) Ter um ensino médio para conseguir um emprego – onze sujeitos assinalaram essa afirmativa. Eles vislumbram uma melhor colocação no mercado de trabalho, bem como a oferta do primeiro emprego, que fica mais viável com a conclusão desta etapa.
- e) A exigência do ensino médio no emprego – nove alunos que marcaram, são pessoas que, de algum modo, já estão no mercado de trabalho, porém sentem a necessidade de qualificação, mediante a conclusão ensino médio.
- f) Conseguir um emprego melhor – doze indivíduos assinalaram esta resposta. São aqueles que já estão no mercado de trabalho, formal ou informal, mas veem a necessidade de maior nível de instrução para alcançar um melhor emprego ou uma melhor colocação na empresa.
- g) Adquirir conhecimento e ficar mais atualizado – dezoito sujeitos escolheram essa afirmativa.
- h) A minha família me obriga – Não tivemos nem uma opção para essa afirmativa, os alunos veem a necessidade de construir a sua própria história.
- i) Outro. Qual? Obtivemos as seguintes respostas:
 - 1. Entrar na faculdade;
 - 2. Estou na idade certa;
 - 3. Só trabalhar para ter uma vida melhor;
 - 4. Por causa do quartel.

Temos assim de forma sucinta um perfil dos sujeitos e dos motivos que trouxeram esses ao convívio da escola e da sua formação escolar, na educação básica, podendo assim fechar esse ciclo educacional.

Já abordamos que um dos motivos da desistência e fracasso escolar esta associado à necessidade do educando ter que trabalhar, pensando nisso mensuramos, essa ocorrência na vida desses sujeitos. Para essa ocorrência obtivemos os dados do gráfico 5.

Gráfico 5 - Os que trabalham atualmente.

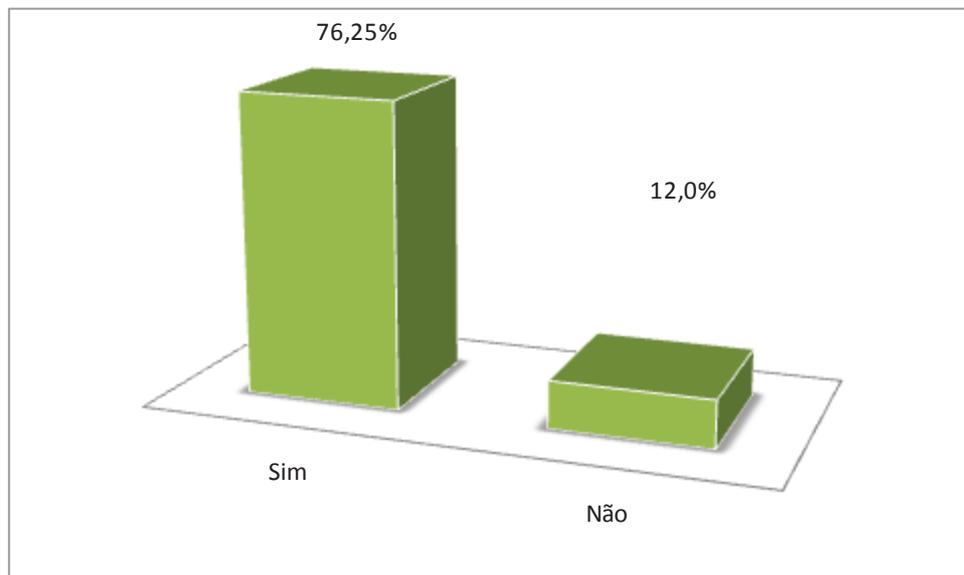


Fonte: Dados da Pesquisa de campo

Os dados relativos ao fato de os educandos estarem trabalhando atualmente em alguma atividade remunerada, inclusive em atividades informais ou autônomas, perfazem um total de 55%. Algumas das ocupações citadas incluem: costureira, vendedor, professor(o)a, estagiário, operador de caixa, gesseiro, donas de casa, prestador de serviços, embalador, secretária (repcionista), ajudante de cozinha, militar, auxiliar de mecânico, técnico de informática, design, fotocopista, monitor de judô, editor de áudio, pedreiro, comerciante, cuidadora, manicure, dentre outras.

Como se observa, dentre os alunos do terceiro ano da EJA do ensino médio, mais da metade destes estão envolvidos com o mercado de trabalho. Muitos deles já trabalhavam antes de cursar o terceiro ano. Já o percentual dos que não trabalham é de 43,8%; nesse rol, temos uma pessoa aposentada que voltou a estudar. Esses resultados são importantes para podermos compará-los com o gráfico 6, que informa sobre o número de sujeitos que tiveram alguma atividade remunerada antes da sua série atual.

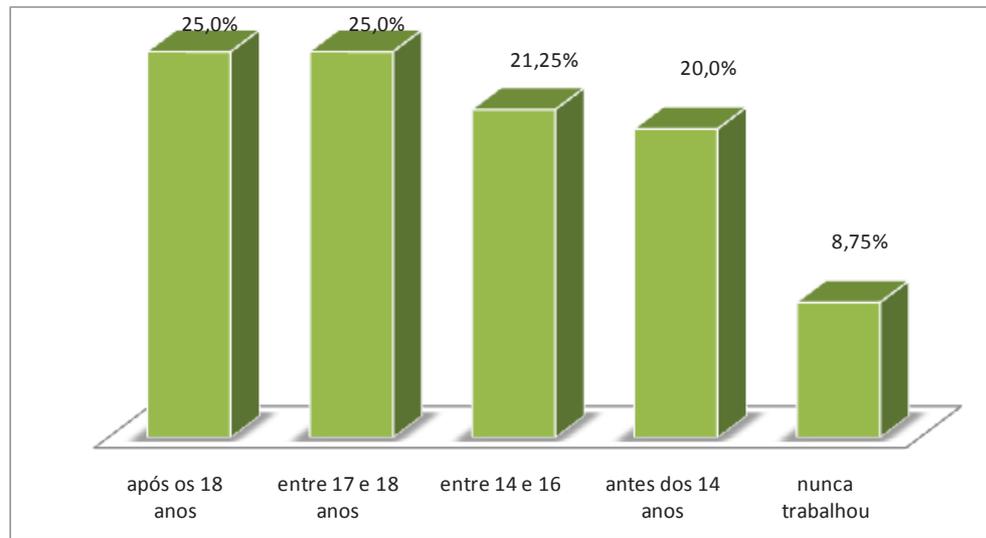
Gráfico 6 - Alunos que trabalharam.



Fonte: Dados da Pesquisa de campo

Estes resultados são bastante representativos. O percentual dos que nunca trabalharam é de 12%, enquanto o percentual daqueles que já haviam trabalhado chega a 76,25%. Um índice muito alto, especialmente porque inclui alguns dos alunos que estão dentro da faixa (apropriada) – 18 anos, dado que revela que essas pessoas iniciaram a vida laboral muito cedo, quer formalmente ou na informalidade, por motivos diversos de sobrevivência; eles buscam recursos financeiros para se manter e até ajudar as suas famílias. Foram nomeadas as seguintes profissões que eles mencionaram: operadora de montagem, consultora da natureza, professora da pré-escola (escolinha), técnico em refrigeração, estagiária da CEF, operadora de caixa, atendente em restaurante, eletricitista, vendedora de loja, prestador de serviço em empresa pública, atendente de ótica, recepcionista, porteiro, moto-taxi, autônomo, operário, auxiliar administrativo, garçom, garçonete, industrial, comerciante, cabeleireira, tirador de coco, auxiliar de informática, auxiliar de serviços gerais, descarregador, babá, secretária de habitação. Esse é o perfil ocupacional do alunado participante da pesquisa. Podemos comparar esses resultados do gráfico 5 e 6, com os do gráfico 7, em que apresentamos a idade com que os alunos começaram a trabalhar. O resultado do gráfico 7 reforça e vem a contribuir com os dois gráficos anteriores.

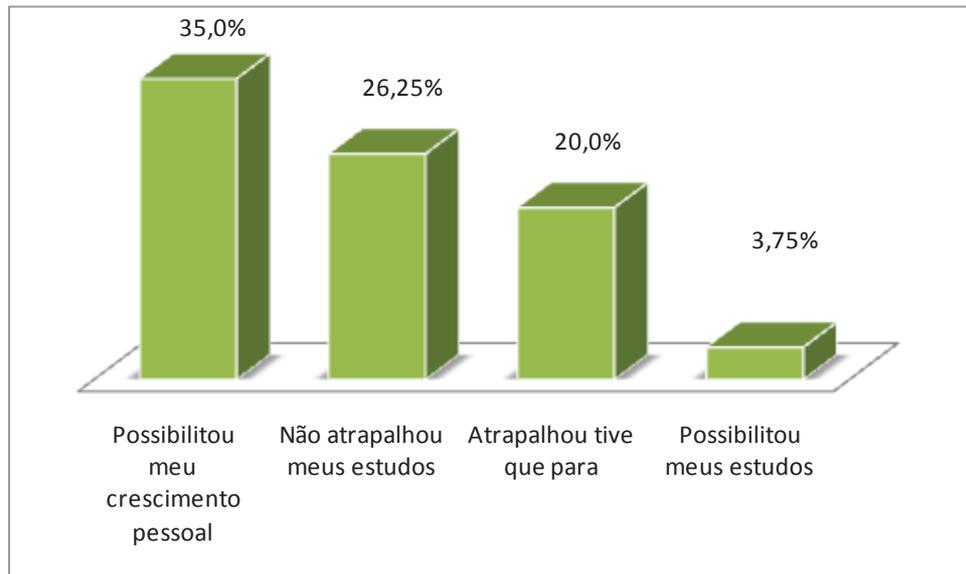
Gráfico 7 - Idade que começou a trabalhar.



Fonte: Dados da Pesquisa de campo

Nos dados analisados verifica-se que 91,25% já se envolveram com alguma forma de trabalho. Chama a atenção o percentual dos indivíduos que começaram a trabalhar antes dos 18 anos – 66,5%, um percentual bastante elevado para essas faixas etárias, o que acreditamos ser uma das variáveis que contribuem para os índices de retenção, desistência e não conclusão dos anos regulares, tanto do fundamental como do médio, na série e ano adequados. No percentual dos alunos que iniciaram a atividade laboral antes dos 18 anos, merece destaque o percentual de 20% para aqueles que começaram a trabalhar antes dos quatorze anos, certamente na informalidade, uma vez que é proibido por lei o trabalho antes desta faixa etária, e nela, apenas na condição de aprendiz. O fato de estes alunos começarem a trabalhar cedo demais, nos leva a questionar como eles administram as duas atividades, estudar e trabalhar. O gráfico oito vai trazer uma amostragem desta situação.

Gráfico 8 - O fato de ter que estudar e trabalhar ao mesmo tempo.

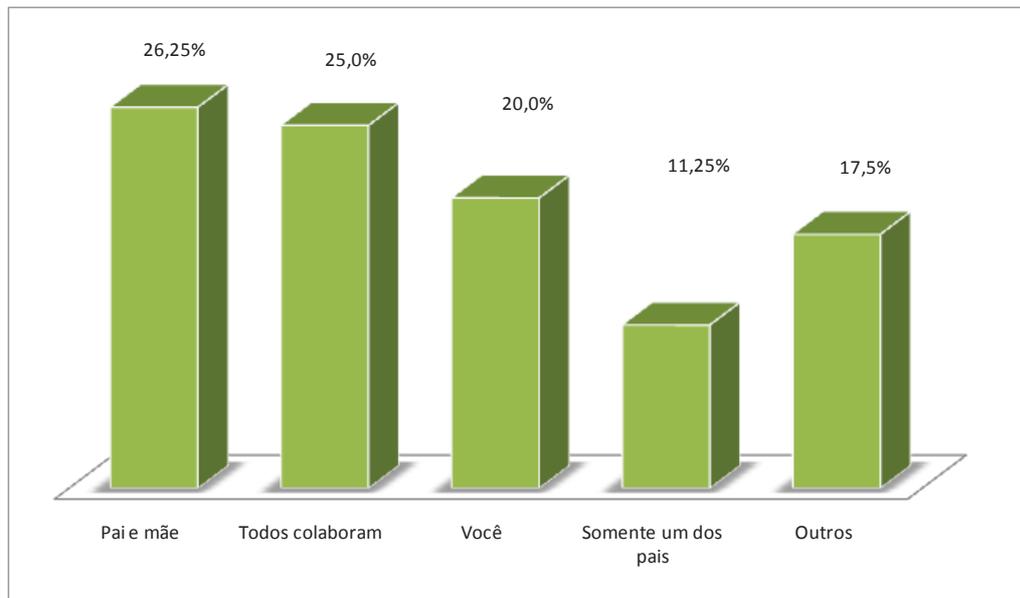


Fonte: Dados da Pesquisa de campo

O percentual de 35,0% dos entrevistados mostra que o fato de alguns trabalharem resultou em crescimento pessoal, indica que não foram prejudicados; já 26,25% diz que não atrapalhou os estudos; 3,75% mostra que o trabalho viabilizou o estudo. Em contra-ponto, 20,0% dos entrevistados apontam que o trabalho foi uma variável que prejudicou os seus estudos.

Como temos um número significativo de entrevistados que trabalham atualmente e trabalharam anteriormente, no questionário procurou-se identificar o perfil financeiro do mantenedor(es) desses entrevistados. O gráfico nove informa esses dados dos entrevistados, a seguir.

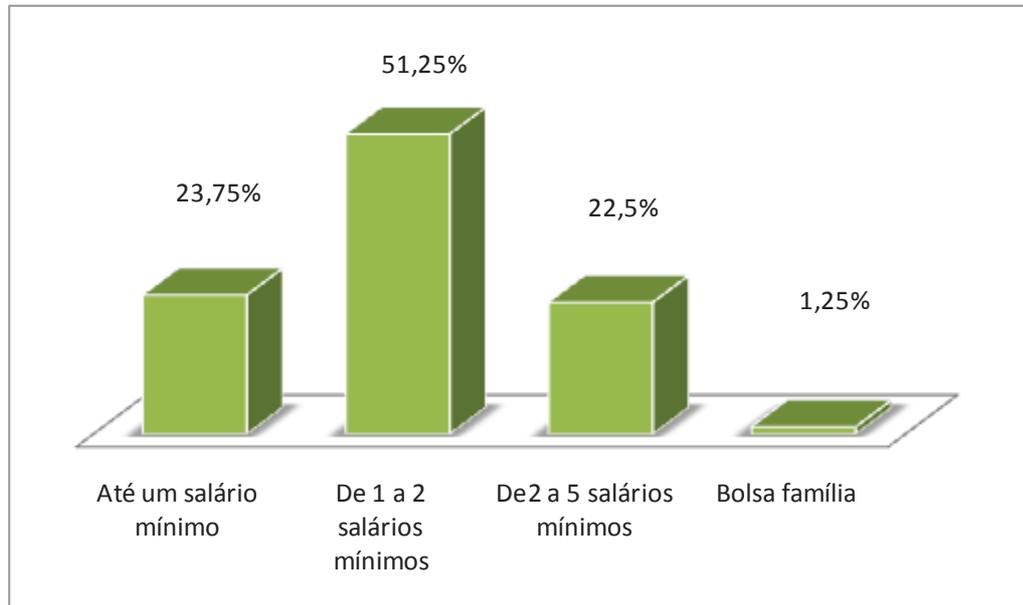
Gráfico 9 - Manutenção financeira (sustento) do grupo familiar.



Fonte: Dados da Pesquisa de campo

Os resultados obtidos nos permitem fazer uma leitura dos mantenedores desses sujeitos, neste segmento de ensino. Temos para *pai e mãe* e *somente um dos pais* um percentual de 37,75%; 20% dos entrevistados são pessoas que já mantêm seu grupo familiar. A soma dos percentuais dos itens: todos colaboram e outros foram de 42,5%. Os resultados apresentam percentuais distintos e variadas formas de participação no sustento da família. Isso reflete um pouco o que foi visto nos gráficos anteriores e acreditamos estar relacionado com o fato de os indivíduos começarem a trabalhar mais cedo e continuarem a trabalhar. Já aqueles que nunca trabalharam e só estudam enquadram-se no contexto familiar em que os pais exclusivamente são responsáveis financeiramente pelo grupo familiar. Os dados refletem situações díspares; mesmo no caso em que apenas os pais mantêm financeiramente a casa, diferentemente do que se possa imaginar, esses indivíduos formam um grupo de pessoas que são ou já foram desfavorecidas e estão buscando concluir esta etapa de ensino. A compreensão dos dados fica mais clara quando se faz o levantamento da renda familiar. O gráfico de número dez apresenta os seguintes resultados sobre a renda familiar:

Gráfico 10 - Renda familiar mensal.



Fonte: Dados da Pesquisa de campo

Os resultados da renda familiar que integra a vida socioeconômica desses sujeitos do ensino médio da EJA são demonstrados pelos resultados ilustrados pelo gráfico: a) 23,75% têm renda de até um salário mínimo; b) 51,25% possuem renda entre um e dois salários mínimos temos. Juntando essas duas faixas salariais temos um total de 79%. c) Ainda o bolsa família faz parte do demonstrativo. Todas são faixas salariais típicas de pessoas de baixa renda, que nos revela um público desfavorecido, que busca neste tipo de modalidade de ensino a única possibilidade viável para concluir os estudos. d) Para renda entre dois e cinco salários obtivemos 22,5%, um percentual relativamente baixo. Esse índice pode referir-se ao caso de rendas compartilhadas, uma vez que muitos dos alunos ajudam no orçamento da casa, conforme observamos em gráficos anteriores; um grande número deles começaram a trabalhar cedo para ajudar na renda familiar.

Para finalizar o questionário e melhor saber dos entrevistados o seu histórico de vida e as dificuldades enfrentadas, foi feita a seguinte pergunta: O que levou você a não concluir o ensino médio regular normal? Para a questão obtivemos várias respostas-depoimentos, os quais transcrevemos *ipsis litteris* a seguir:

1. O tempo que levaria para concluir;
2. Foi quando engravidei tive que parar, não tinha quem cuidasse do bebê; portanto fiquei dezoito anos sem estudar;
3. Iria perder muito tempo no ensino médio regular
4. Porque engravidei e casei, achei melhor fazer o EJA, porque quero trabalhar e não parar por aqui.
5. Porque o EJA é mais rápido para terminar e fazer uma faculdade;
6. Procurando emprego, só querem com ensino médio completo;
7. Conseguir um trabalho melhor e conseguir passar no ENEM;
8. Parei de trabalhar. A falta de instrução de meus pais e com certeza tive que parar para trabalhar.
9. Uns dos motivos foram terminar o ensino médio mais rápido para ingressar na universidade;
10. Tive que desistir e me atrasei;
11. Minha idade está avançada e preciso melhorar a estrutura da vida;
12. Penso em crescer nos estudos, pois quero mudar minha profissão para ganhar melhor;
13. Tempo que não tive;
14. Porque trabalho e o ensino da EJA é mais rápido e como sou babá e moro com meus patrões não tinha outra opção;
15. Não concluí o médio regular porque queria terminar logo, achei que já tinha perdido muito tempo;
16. Porque reprovei só em uma matéria e tive que fazer o EJA;
17. Porque eu queria terminar os estudos logo, porque talvez se eu tivesse no regular eu já tinha desistido;
18. Porquanto reprovei no segundo ano, fui para noite tentar recuperar o tempo perdido;
19. Depois de reprovar dois anos no regular, o EJA ajudou a recuperar o tempo perdido;
20. Foi minha idade, tenho pressa em concluir o ensino médio;

21. Para acelerar o tempo que perdi sem estudar e assim concluir o médio e fazer minha faculdade;
22. Estava sem vontade de estudar;
23. Reprovei algumas vezes e queria terminar mais rápido;
24. Reparar o tempo perdido;
25. Medo de não conseguir e ganhar tempo;
26. Por conta do meu trabalho que necessita muito de mim;
27. Quero terminar meus estudos o mais rápido possível;
28. A ocupação pelo fato de estar trabalhando;
29. Tempo que não tenho para terminar o ensino médio normal;
30. O tempo que passo no trabalho pesado, de treze horas trabalhando, tempo;
31. Falta de paciência, muitas coisas aconteceram no passado cuidar de marido, filho e casa;
32. Eu conclui e estou fazendo o médio, pela segunda vez após ter concluído o médio, como técnico a trinta e cinco anos;
33. Falta de tempo e desmotivação;
34. Estou muito atrasada nos estudos, desisti várias vezes e o EJA é um tempo muito certo para terminar os estudos, por isso que não quis concluir o médio normal;
35. O trabalho foi à principal causa;
36. Fique grávida, gravidez de risco, filho prematuro;
37. Chegando a certa idade;
38. Porque eu queria trabalhar e a escola não me possibilitou um espaço, era o dia todo.

Estes são alguns dos motivos pontuados pelos entrevistados que os (as) levaram a não terminar no modo regular; são diversas as situações enfrentadas, as dificuldades, e superações. Alguns relatos são comoventes, pois mostram as dificuldades de cunho pessoal, atreladas às socioeconômicas, ou outras. Fica claro no depoimento desse público a importância de que se reveste essa modalidade por oportunizar a possibilidade de conclusão do ensino básico. Para o público atendido, que se encontra fora do ano e série de escolarização, a metáfora ‘correr atrás do tempo’ é bastante pertinente e aparece com

frequência nos depoimentos ora apresentados. Fica evidente que a saída desses jovens logo cedo para o mercado de trabalho os leva a uma série de dificuldades nos seus estudos, inclusive a retenção e a desistência do ano letivo. Sempre deixando para mais tarde a possibilidade de se reintegra ao universo educacional. Como são sujeitos fora da faixa etária, eles, quanto pensam e sentem a necessidade de voltar ao convívio escolar o fazem pela EJA. Os resultados nos mostra a importância da EJA na formação desses alunos, oportunizando a conclusão do seu ensino regular e a dignidade a uma cidadania completa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi mencionado no início do trabalho, a intencionalidade de apresentar uma amostragem do contexto social e pessoal que compõem o perfil do sujeito que faz o terceiro ano do ensino médio na modalidade EJA. Igualmente, verificou-se como essa modalidade de ensino representa a concretização de uma oportunidade e contribui socialmente com esses aluno(a)s, ofertando-lhes a possibilidade de término da educação básica – para tantos, a realização de um sonho; a valorização de sua cidadania. Para os alunos a EJA é sinônimo de dignidade, de uma melhor inserção no mercado de trabalho e da potencialidade de continuar a estudar em outros segmentos. Este é um dos legados deixados por essa modalidade de ensino para os alunos do terceiro ano do ensino médio. Ela reforça a história da educação no Brasil para as classes menos desfavorecidas; reveste-se de um sentido de redenção, socialização e empoderamento para as classes desprivilegiadas.

Na investigação que busca conhecer melhor quem são esses sujeitos do terceiro ano do ensino médio da EJA, verificando a relevância que atribuem a esta modalidade e os motivos que os trouxeram de volta ao convívio escolar, foi desenvolvido e aplicado um questionário, composto de 14 perguntas.

A partir das respostas, foi possível traçar um perfil que contemplou aspectos socioeconômicos e pessoais, intervenientes no histórico escolar dos entrevistados, os quais passaremos a detalhar.

Quanto ao gênero não houve grandes diferenças, fato que causa surpresa quando se tem em mente as estatísticas que apontam uma maior escolarização das mulheres atualmente, o que não se confirmou.

No que diz respeito à faixa etária, esta se constitui uma questão de maior peso para a pesquisa. É um dado que alguns especialistas na área de educação já vêm observando, a presença de um público mais jovem nessa modalidade de ensino. Na presente pesquisa esta tendência foi verificada. Foram entrevistados alunos acima de dezoito anos e ficou constatada uma frequência maior para a faixa etária compreendida entre os dezoito e vinte e quatro anos.

No quesito que tratou de reprovações escolares, foi observado um índice muito alto, somando-se os percentuais relativos, respectivamente, as alternativas *pelo menos uma* reprovação (45%) ; duas vezes (18,75%) e três ou mais vezes (16,25%,) tem-se um total de

80% . Essa realidade explica a procura por esta modalidade, que tem contribuído para os sujeitos recuperarem o tempo perdido com as reprovações, além de constituir-se uma via mais rápida para a obtenção do grau de conclusão do ensino médio.

As reprovações, por sua vez, têm uma estreita relação com o ingresso precoce na vida laboral. Os índices dão conta de um total de 66,25 de alunos que começaram a trabalhar antes dos 18 anos, destes 20% antes dos 14 anos; 21,25% entre 14 a 16 anos e 25% entre 17 e 18 anos. Um dado um tanto alarmante que desconstrói a tão alardeada ideia da meritocracia, quando não se tem igualdade de condições. Nesse sentido, a EJA, não obstante as suas limitações, é proposta como um mecanismo de reparação e de inclusão na vida escolar.

Por fim, em face das informações coletadas, verificamos que são muitos e diversos os motivos que trouxeram esses sujeitos de volta à escola. Uma coisa, porém, é certa: esta modalidade vem permitindo, oportunizando e conferindo dignidade a muitos destes cidadãos, que veem na conclusão da educação básica um sonho e uma necessidade realizada. Assim, eles podem prosseguir seus caminhos, a partir de uma melhor qualificação.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. Identidades Juvenis e Escola. In **Construção coletiva: contribuição à educação de jovens e adultos**. Brasília. UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.

CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2013. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Brasília, 2013. Disponível em:<
http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf> Acessado em: 06 de setembro de 2014.

CONFERENCIA INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO DE ADULTOS. **Declaração de Hamburgo: agenda para o futuro**. Brasília: SESI/UNESCO, 1999. Disponível em:<
<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129773porb.pdf>> Acessado em: 20 de julho de 2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos: Parecer CNE/CEB, 2000**. Disponível em:<
http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf> Acessado em: 20 de julho de 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elabora projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo. Atlas, 2009.

HADDAD, Sérgio; PIERRO, Maria Clara Di. **Escolarização de Jovens e Adultos**. Revista brasileira de educação. Rio de Janeiro. nº 14, Mai/Jun/Jul/Ago, 2000, p. 108-194. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07>> Acessado: Acessado em 20 de julho de 2014.

HADDAD, Sérgio. **Educação de Jovens e Adultos, a Promoção da Cidadania Ativa e o desenvolvimento de uma consciência e uma cultura de paz e direitos humanos**. International Council for Adults Education – ICAE. Montevideo. 2003. Disponível em:<
<http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/edulegislativa/educacao-legislativa-1/educacao-para-a-democracia-1/apresentacao/textos-1/Artigo%20Promocao%20Cidadania%20Ativa.pdf>> Acessado em 20 de julho de 2014.

JÚNIOR, Luiz de Sousa; ARAGÃO, Wilson Honorato. **Ensino médio noturno na Paraíba: democratização e diversidade**. Brasília. Ministério da educação, secretaria de educação básica. 2006.

MACHADO, Maria Margarida. O aluno. In **Educação de jovens e adultos no Brasil (1986-1998)**. Brasília. MEC/Inep/Comped, 2002.

MEZZAROBA, Oridis; MONTEIRO, Cláudio Servilha. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito**. 5ª ed. Saraiva, 2009.

PAIVA, Jane; MACHADO, Maria Margarida; IRELAND, Timothy. **Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea, 1996-2004**. Brasília. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2007.

PLANO DECENAL DA PARAÍBA. **O Plano Estadual de Educação**. 2001. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pee/pee_pb.pdf> Acessado em: 30 de agosto de 2014.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. **Breve Histórico Sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Revista HISTEDBR On-line. Campinas, nº 38, p. 49-59, jun. 2010. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/38/art05_38.pdf> Acessado em: 20 de julho de 2014.

ANEXO

ANEXO A – Termo de Consentimento**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Esta pesquisa, intitulada: **A importância da EJA para formação da escolaridade do sujeito do ensino médio**. Está sendo desenvolvido por **Manoel Lopes Cornélio**, aluno do Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, sob a orientação da Prof^a. Ms. Maria José Candido Barbosa.

Para alcançar o objetivo geral que é traçar o perfil do sujeito que busca concluir a sua escolaridade no ensino médio, pela modalidade EJA, pretendo, conhecer, relacionar e quantificar quem são esses sujeitos e que situações levaram esses a buscar essa modalidade de ensino que acontecem na **ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO PROF. PEDRO AUGUSTO PORTO CAMINHA**. Rua: Frei Martinho, 355, localizada no bairro de Jaguaribe, cidade João Pessoa. Para isto utilizarei o seguinte instrumento: um questionário com quatorze perguntas.

Sua participação na pesquisa é voluntária, mas muito importante para qualificação do estudo e produção do conhecimento sobre o tema pesquisado. Portanto, você não tem obrigação de fornecer informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador. Em participando pode perguntar, pedir esclarecimento, tirar dúvidas sobre procedimentos e assuntos relacionados ao estudo, em qualquer etapa da pesquisa. Terá a liberdade de desistir em qualquer momento, bem como a garantia do sigilo da sua identidade e das informações fornecidas durante a pesquisa.

Solicito sua permissão para o uso dos instrumentos acima citado, questionário com quatorze perguntas, como também sua autorização para apresentar os resultados da pesquisa em eventos acadêmicos científicos e da área da Educação. Reitero que, por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido/a e dou o meu consentimento juntamente com os demais alunos da EJA – 3º ano, desta escola, em anexo, a este termo de consentimento livre, para participar da pesquisa e publicar os resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do (a) Pesquisador (a) Responsável

João Pessoa, ____/____/ de 2014.

ANEXO B – Questionário**ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO PROF. PEDRO AUGUSTO PORTO
CAMINHA**

Rua: Frei Martinho, 355. Jaguaribe – JOÃO PESSOA - PB. CEP.: 58.015-100

Questionário

O presente questionário faz parte da construção do trabalho de monografia, cujo tema é: A importância da EJA para formação da escolaridade do sujeito do ensino médio. Do curso de especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, oferecido pela **UEPB**. Com a finalidade de traçarmos o perfil do(a)s aluno(a)s do 3º ano da EJA, na conclusão no ensino médio por esta modalidade.

NÃO É PRECISO SE IDENTIFICAR. Agradeço desde já sua contribuição e colaboração na construção deste trabalho.

01. Dados pessoais e gerais sobre o aluno

a) Sexo: () masculino () feminino

b) Em que faixa etária você se encontra?

() 18 a 24 anos () 25 a 35 anos () 36 a 50 anos () a partir de 51 anos

c) Natural de _____ (cidade) _____ (Estado)

d) Bairro ou comunidade onde reside _____

02. Você se identifica com qual raça / cor / etnia?

() Pardo

() Branco

() Preta

() Indígena

- Amarelo
- Outra. Qual? _____

03. Como você concluiu os anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º anos):

- só na modalidade EJA I
- parte no ensino fundamental regular e parte na EJA I
- só no ensino fundamental regular

04. Você fez o 1º e 2º anos do ensino médio só no(a):

- EJA
- 1º e 2º anos no Ensino Médio Regular
- 1º ano no Ensino Médio Regular 2º na EJA
- 1º ano na EJA e 2º ano no Ensino Médio Regular

05. Você já foi “reprovado(a)” alguma vez? (Considere o ensino fundamental e médio)

- Não, nunca
- Sim, uma vez
- Sim, duas vezes.
- Sim, três vezes ou mais.

06. Qual(is) os motivos que impediram de estudar na idade regular

- a. não acha importante os estudos
- b. estava desmotivada
- c. meu marido não me deixava estudar
- d. parei de estudar por que engravidei
- e. não tinha dinheiro para passagem
- f. tinha que ajudar os meus pais no sustento da casa
- g. fui pai e tive que trabalhar
- h. Casei e parei de estudar

i. parei de estudar por que comecei a trabalhar

j. outro. Qual?

07. Qual(is) o(s) motivo(s) que levou você a se matricular na modalidade de ensino médio da EJA?

a. tentar recuperar o tempo perdido

b. voltando a estudar depois de vários anos

c. conseguir passar no ENEM

d. ter o ensino médio para conseguir um emprego

e. a exigência do ensino médio no emprego

f. conseguir um emprego melhor

g. adquirir conhecimento e ficar mais atualizado

h. a minha família me obriga

i. Outro. Qual?

08. Você trabalha atualmente?

sim não

Qual a sua ocupação? _____

09. Já trabalhou?

sim não

Em que trabalhou? _____

10. Com que idade você começou a trabalhar?

antes dos 14 anos

entre 14 e 16 anos

entre 17 e 18 anos

após os 18 anos

11. Como você avalia o fato de ter que estudar e trabalhar ao mesmo tempo?

- Atrapalhou meus estudos, tive que parar
- Possibilitou meus estudos
- Possibilitou meu crescimento pessoal
- Não atrapalhou meus estudos

12. Quem é (são) o(s) responsável(is) pela manutenção financeira (sustento) do grupo familiar?

- você
- pai/mãe
- somente um dos pais
- filhos / enteados
- agregados na casa
- todos colaboram com alguma quantia mensal
- Outra pessoa. Quem? _____

13. Quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?

- Até 1 salário mínimo
- De 1 a 2 salários mínimos
- De 2 a 5 salários mínimos
- De 5 a 10 salários mínimos
- Mais de 10 salários mínimos
- Nenhuma renda.

Outro tipo de renda _____

14. O que levou você a não concluir o ensino médio regular normal?
